

Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial

The Daily Newspapers of Luanda on the Eve of the Colonial War

Les quotidiens de Luanda à la veille de la guerre coloniale

João Manuel Rocha



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4898>

DOI: 10.4000/lerhistoria.4898

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 3 Julho 2019

Paginação: 213-238

ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica

João Manuel Rocha, « Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial », *Ler História* [Online], 74 | 2019, posto online no dia 25 junho 2019, consultado no dia 07 julho 2019. URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/4898> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.4898



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

OS JORNAIS DIÁRIOS DE LUANDA EM VÉSPERAS DA GUERRA COLONIAL

João Manuel Rocha

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; Escola Superior de Comunicação Social (IPL), Portugal
jrocha@escs.ipl.pt

213

Os estudos sobre a imprensa jornalística colonial portuguesa são escassos. Com este artigo propõe-se um contributo para a caracterização da imprensa diária de Angola, em vésperas da guerra colonial, traça-se um perfil dos quatro jornais que se publicavam em 1960 e procuram-se nas opções jornalísticas padrões e singularidades no seu posicionamento editorial – um exercício importante num regime autoritário, sem liberdade de imprensa. Uma das conclusões aponta para a ausência de sinais de luso-tropicalismo.

Palavras-chave: imprensa, jornalismo, colonialismo, Portugal, Angola.

Abstract (EN) at the end of the article. Résumé (FR) en fin d'article.

Já sopravam os ventos de mudança em África, embora Portugal vivesse em negação quanto ao futuro das suas “províncias ultramarinas”, então a designação oficial para colónias, quando António Maria Zorro, jornalista adepto do regime, traçou um panorama pouco entusiasmante do jornalismo em Angola. Regressado a Lisboa depois de alguns meses como chefe de redacção do *Diário de Luanda*, escreveu, numa carta enviada ao Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), em Março de 1957, que, a par de “alguns bons profissionais” e “autênticas vocações entre a geração mais nova”, havia quem tivesse “entrado para o jornalismo como poderia ter entrado para qualquer ramo de comércio”.¹ São “frequentes”, acrescentou, “casos de simples angariadores de publicidade, quase analfabetos, que se intitulam jornalistas e como tal são aceites, com grave prejuízo para a classe”. Na avaliação de Zorro, o jornalismo angolano carecia “tanto do desenvolvimento das suas reais virtualidades como de uma depuração do que ainda contém [continha] de nocivo ao prestígio da classe e à ética profissional”.

¹ Arquivo do Sindicato dos Jornalistas. Correspondência com as províncias ultramarinas. Carta de A. M. Zorro ao presidente do sindicato, 27-3-1957.

Passadas mais de três décadas sobre o lançamento, em 1923, d'*A Província de Angola*,² marco inicial do jornalismo profissional na colónia (Lopo 1964, 23-24), António Maria Zorro contou nos três diários que se publicavam em Luanda 15 elementos – 12 redactores e respectivos chefes de redacção – com condições para serem incluídos no “quadro do jornalismo profissional português”: oito no *Diário de Luanda*, quatro n'*A Província* e três n'*O Comércio*.³ Na metrópole eram 321 em 1955 e 347 em 1960 (Sobreira 2003, 27). Na rádio, a situação angolana não era muito diferente da verificada na imprensa, de acordo com uma descrição feita em 1960 por Ferreira da Costa, chefe de redacção d' *O Comércio*. “As carências da técnica unem-se às da produção”, escreveu, sublinhando também a “espantosa falta de cultura geral que caracteriza[va] a maioria dos colaboradores”.⁴

Os censos de 1960 confirmaram a crescente chegada de brancos da metrópole: ultrapassavam então os 172 mil, contra menos de 79 mil dez anos antes, e incluíam mais de 50 mil nascidos em Angola. Os mestiços e os negros assimilados⁵ rondavam, em ambos os casos, 53 mil pessoas, o que somava uma população considerada civilizada inferior a 280 mil pessoas num total de 4,8 milhões.⁶ Ora, o número de civilizados não era sequer o do universo total de potenciais leitores porque o analfabetismo era elevado entre os brancos. Em meados da década de 1950, o número de angolanos que viviam em condições próximas da escravatura andaria pelos 300 mil (Birmingham 2015, 69). O trabalho forçado só seria abolido formalmente já com a guerra em curso. A baixa densidade populacional, as dificuldades de distribuição de jornais num tão vasto território, mas, principalmente, o analfabetismo, que em 1958 afectava 96,97% da população (Ferreira 1977, 79), limitavam a penetração dos jornais. Em 1966, a percentagem de alfabetizados foi estimada em 12 a 13%, sendo que entre os habitantes de origem europeia os que sabiam ler eram 60% e entre os africanos 10% (Herrick *et al.* 1967, 122). No mesmo ano, três quartos dos habitantes continuavam totalmente dependentes da informação oral no que respeita a comunicação e a notícias (Ferreira 1977, 241).

Partindo do entendimento de que a investigação em ciências sociais não se limita a um único método, antes mobiliza diferentes instrumentos heurísticos, este artigo – que esboça uma caracterização dos quatro diários que se publicavam em Angola em vésperas da guerra colonial, porque aos três

2 Doravante, poderá ser também designado como “o” *Província*.

3 Carta de A. M. Zorro, já citada.

4 Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Correspondência de Cruz Leal com Adriano Moreira e o jornalista Ferreira da Costa (Angola). PT/AHD/MU/GNP/RNP/0280/04214.

5 Com instrução escolar e adesão a valores europeus. Os restantes negros eram “indígenas”.

6 Dados do recenseamento de 1960 recolhidos em Pimenta (2016).

mencionados juntou-se, em 1958, o *ABC – Diário de Angola* – apresenta o resultado de uma combinação da leitura das edições publicadas em Agosto de 1960 inspirada na análise de conteúdo qualitativa e na análise crítica do discurso, com pesquisas no arquivo do Sindicato dos Jornalistas (SJ).⁷ Foi também consultada documentação do Arquivo Histórico Diplomático (AHD) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A aplicação dos princípios da análise de conteúdo permitiu uma segmentação do noticiário das primeiras páginas consoante a temática. Beneficiando de ensinamentos da análise crítica do discurso, designadamente das suas virtualidades na descoberta de construções ideológicas nos discursos dos *media*, exploradas, entre outros, por Van Dijk (2008), foi depois ensaiada uma reclassificação das notícias em categorias que permitisse evidenciar essa dimensão. Complementarmente, recorreu-se a entrevistas semi-directivas a dois jornalistas que trabalhavam à época em Luanda, tendo presente que as memórias “podem ser influenciadas pela situação em que são relatadas” (Flick 2009, 184).

A escolha das edições de Agosto de 1960 como *corpus* foi determinada pelo facto de esse ser o mês mais usado para viagens de intercâmbio entre Angola e a metrópole, aproveitando as férias em Portugal, o que se afigurou pertinente para compreender o tipo de interacções que se estabeleciam. Agosto de 1960 assistiu também a uma vaga de independências sem precedentes em África: nasceram oito novos estados e ocorreu a cisão na recém-criada Federação do Mali, entre o antigo Sudão francês e o Senegal, num movimento de aceleração que levou a que, com o aparecimento de 17 novos estados, 14 deles antigas colónias francesas, 1960 ficasse conhecido como o Ano de África. Mas Portugal parecia alheado dos “ventos de mudança”, como lhe chamou Harold McMillan,⁸ que tinham começado a soprar mais fortemente após a II Guerra Mundial. Tinha procurado responder-lhes com uma “descolonização semântica” (Jerónimo e Pinto 2015, 54), deixando cair o termo “colónias”, que se tornara inconveniente, e recuperando a designação oitocentista de “províncias”. Ao mesmo tempo apropriara-se do lusotropicalismo, uma teoria instrumental para a tese de uma suposta excepcionalidade da colonização portuguesa que não convenceu nas Nações Unidas, onde a admissão de novos estados africanos em 1960 criou uma maioria de países resultantes da descolonização na Ásia e em África que levará à aprovação, em Dezembro desse ano, de resoluções que “prepararam o caminho” para que a questão colonial portuguesa passasse a ser considerada prioritária e

7 Herdeiro do Sindicato Nacional de Jornalistas, que teve como primeiro presidente António Ferro.

8 Primeiro-ministro britânico que usou a expressão num discurso no parlamento da África do Sul, em Fevereiro de 1960.

abriram a porta à participação activa dos movimentos de libertação nas actividades das Nações Unidas (Santos 2011, 69).

Este artigo pretende contribuir para o conhecimento do jornalismo em Angola na época colonial – um campo de investigação que tem como principais referências Lopo (1964), Melo (1993) e Fonseca (2014), esta última com um pioneiro trabalho sobre a imprensa e o império português em África entre 1842 – ano em que, em Cabo Verde, foi publicado o primeiro boletim oficial nas colónias africanas – e 1974, quando, após o 25 de Abril, começaram as negociações para as independências. Nele, a autora defende que a imprensa foi decisiva na afirmação do colonialismo, mas que os jornais foram também veículo de contestação ao projecto imperial. Apesar desses contributos, é ainda limitado o conhecimento sobre a imprensa, o jornalismo e as interações com os poderes em momentos concretos. A escassez de informação disponível influencia o modo de apresentação dos resultados. Seria mais didáctico abordar isoladamente dimensões como tiragens, publicidade ou composição das redacções, ou distinguir entre redactores ou colaboradores, mas os dados arquivísticos e a análise de conteúdo não forneceram elementos bastantes para uma tal sistematização.

1. Jornalistas obsequiados, jornalistas discriminados

Os jornalistas profissionais que trabalhavam em Luanda eram na sua esmagadora maioria brancos. Acácio Barradas, que foi chefe de redacção do *ABC* e depois se destacaria na imprensa de Lisboa, viria a recordar que só um pequeno número de mestiços atenuava a hegemonia de brancos: Aníbal Melo, com quem coincidiu no jornal; Luís Alberto Ferreira, que no período estudado escreve no *ABC*, e Bernardino Coelho, que n’*O Comércio* foi relegado para “trabalho burocrático”, mas em Lisboa chegou a chefiar a secção Cidades do *Diário Popular* (Correia e Baptista 2010, 55). Adolfo Maria, nacionalista angolano que trabalhou no *ABC* em 1961 e 1962, considera que a composição das redacções “reproduzia a pirâmide colonial” – mais pessoas instruídas entre brancos do que entre mestiços e mais ainda do que entre negros.⁹

De acordo com Zorro, na segunda metade da década de 1950, os salários dos jornalistas eram, excepto os das chefias, inferiores aos de inúmeros “modestos empregados de empresas comerciais que ganha[va]m mensalmente cerca de 5.000\$00” e o pagamento chegava, por vezes, com meses de atraso. “É notória a desconsideração em que, de um modo geral, os

⁹ Entrevista, 15-11-2016, Lisboa.

jornalistas são tidos pelas Empresas, e que fatalmente se reflecte no público.”¹⁰ A inexistência de horário, de regime de folgas, de pagamento de horas extraordinárias e de férias regulares caracterizavam também a actividade. Mesmo com dificuldades laborais, os jornalistas rejeitavam minorizações e reclamavam uma equiparação dos seus jornais aos principais títulos da metrópole, como deixa claro Diamantino Faria, chefe de redacção do *Diário de Luanda*, num artigo em que se insurge contra a impossibilidade de os jornalistas de Angola serem sócios do SNJ:

Pegue-se em qualquer dos nossos diários e diga-se, francamente, sem rodeios, se há o direito de os considerar no plano da Imprensa regionalista da Metrópole, que serve, normalmente, um pequeno núcleo de leitores. Diga-se, com franqueza, se não é eminentemente nacional o nosso padrão.¹¹

O problema da representação sindical decorria do facto de os trabalhadores dos territórios ultramarinos não poderem integrar sindicatos metropolitanos. O caso arrastou-se anos a fio e vários jornalistas locais acabariam por se associar ao Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio da Província de Angola, no seio do qual foi criado em 1962 um Conselho Técnico dos Jornalistas.¹² O impedimento só foi ultrapassado em 1966, depois de promulgado um decreto-lei que permitia aos jornalistas das colónias, bem como aos de desporto, integarem o SNJ (Sobreira 2003, 55). Tal situação não impedia, no entanto, que jornalistas de Luanda e visitantes da metrópole fossem alvo de deferência por parte das autoridades. São disso exemplo um almoço oferecido no Palácio do Governo a Luís Lupi, director da agência Lusitânia,¹³ a 31 de Julho de 1960. Ou, dias depois, a 11 de Agosto, a presença de um representante do governador-geral num jantar de homenagem a Ferreira da Costa.

Eram também comuns as visitas de cortesia às redacções, fosse de elites da colónia, caso de governadores de distrito quando em Luanda; fosse de visitantes da metrópole, como aconteceu com Marcelo Caetano, reitor da Universidade de Lisboa, por ocasião do curso universitário de férias realizado na cidade naquele Agosto. Mesmo que entendidas como gesto protocolar, essas visitas devem ser vistas como um reconhecimento do papel dos jor-

¹⁰ Carta de A. M. Zorro, já citada, p. 2.

¹¹ “Já é tempo de os jornalistas do nosso Ultramar verem realizado o seu sonho”, *Diário de Luanda*, 2/8/1960, pp. 1 e 3.

¹² Arquivo do Sindicato dos Jornalistas. Pastas de correspondência com as províncias ultramarinas.

¹³ Primeira agência noticiosa portuguesa. Foi fundada por Luís Lupi e funcionou entre Dezembro de 1944 e Novembro de 1974.

nais. O quadro desolador traçado por Zorro em 1957 dará lugar, ao longo da década de 1960, a uma fase de dinamismo na imprensa, com projectos como o semanário *Notícia*; e também na rádio, com a afirmação de novos profissionais, muitos dos quais irão, nas décadas seguintes, contribuir para a renovação da comunicação social na metrópole.

2. Jornais da manhã – o autonomista e o paladino do regime

O principal jornal do território era *A Província de Angola*, primeiro diário da “África portuguesa”, fundado em 1923 por Adolfo Pina e que chegará na fase final da colonização a ter 15 delegações no território e a ser distribuído por via aérea, vindo a atingir uma tiragem de 45 mil exemplares diários.¹⁴

Era propriedade da Empresa Gráfica de Angola, que começou com capitais privados, de empresas e do Banco Nacional Ultramarino (Melo 1993, 143). Criado como semanário, tornou-se bissemanário em 1924, passou a diário da tarde em Outubro de 1926 e fixou-se como matutino a 15 de Agosto de 1933. No ano do lançamento anuncia uma tiragem de 20 mil exemplares mensais (Fonseca 2014, 162). Depois de uma viagem de Pina à metrópole e ao estrangeiro, adoptou o grande formato, *broadsheet*,¹⁵ o cabeçalho e a divisão de páginas a sete colunas¹⁶ que manteve nas décadas seguintes. Durante mais de meio século, teve uma “gigantesca importância” no panorama da imprensa angolana e foi uma instituição, uma “verdadeira escola de formação de homens de imprensa” (Melo 1993, 143-45).

No início da década de 1960 era administrado por Joaquim Ervedosa, membro de uma família com participação no capital.¹⁷ Como director mantinha António Correia de Freitas, que ocupara o cargo em 1935, após a morte de Adolfo Pina, e tinha também ele importante participação accionista. O chefe de redacção era António Pires, que assinava uma Crónica de Domingo. Mimoso Moreira, chefe de redacção na altura da fundação, era então redactor-correspondente na metrópole, de onde enviava regularmente por via aérea a sua Carta de Lisboa. Habitualmente com oito páginas, o

14 “Jornalista em Angola a partir dos anos 1950”, Leonor Figueiredo, *Diário de Notícias*, 30/8/2008. Consultado em <https://www.dn.pt/arquivo/2008/interior/jornalista-em-angola-a-partir-dos-anos-50-1128781.html>.

15 O termo designa o grande formato, nem sempre com dimensões exactamente iguais. Neste caso, 56,7×42cm.

16 “O nascimento do jornal «A Província de Angola»”, Lília da Fonseca, in “Número comemorativo da Restauração de Angola”, *A Província de Angola*, 15/8/1960, página não numerada.

17 Um dos membros da família era Carlos Ervedosa, que foi dirigente da Casa dos Estudantes do Império e depois responsável pela secção Artes e Letras do jornal.

Província tinha como rubricas mais frequentes Ronda da Cidade, de âmbito local; Angola de Lés a Lés, com noticiário da colónia; De Todo o Mundo, ou Momento Internacional, designações “chapéu” da informação sobre o estrangeiro; Notícias da Metrópole; e Desportos. Informação Económica – área noticiosa a que, também noutros espaços e na opinião, o jornal dava grande atenção –, Página Feminina, Ciência & Técnica, Espectáculos e Notas de Leitura têm também presença regular. O *Província* publicava diariamente uma rubrica com Informações Úteis – um espaço que, com pequenas variantes, existia também nos outros jornais e que n’*O Comércio*, no *Diário de Luanda* e no *ABC* tinha igual designação: Agenda do Leitor. Era aí que se publicavam informações sobre farmácias de serviço, assistência médica, vacinações, filmes em exibição, movimento marítimo, tráfego aéreo, aviação, carreiras de camionagem, caminhos-de-ferro ou horário de missas.

Na sua primeira página apresentava um equilíbrio entre textos que continuavam no corpo do jornal e pequenas notícias, frequentemente de agência, de um ou dois parágrafos; entre informação e opinião. Mapas e fotolegendas tinham também presença regular no diário. Privilegiando a notícia, o *Província* valorizava igualmente a análise e a opinião. Em exclusivo para Angola, tinha os direitos de publicação de dois destacados nomes da imprensa norte-americana, Drew Pearson e Walter Lippmann,¹⁸ cujos textos mereciam sempre honras de primeira página. Reis Ventura, autor radicado em Angola que professava as ideias do regime, e o também escritor Joaquim Paço d’Arcos estavam entre os colaboradores. O médico, político e escritor Jaime Cortesão, opositor de Salazar, de quem o jornal publica a 4 de Agosto, poucos dias antes da sua morte, a última parte de um trabalho sobre o Alentejo, era outro dos colaboradores. Nesta fase escreve também no jornal Ralph Delgado, estudioso do passado de Angola, com vasta colaboração no *Diário de Benguela*. O diário tinha todos os dias uma página de anúncios classificados, além de inserções publicitárias noutros espaços, permitindo-lhe ser, a par do *Diário do Luanda*, o que melhor saúde financeira apresentava.¹⁹

Adolfo Pina e António Correia de Freitas sempre defenderam activamente a autonomia de Angola e o segundo chegou a ser detido e alvo de ordem de deportação durante a II Guerra, sob a acusação de envolvimento em planos para a invasão aliada de Angola em caso de ocupação da metrópole pela Alemanha, ou de entrada de Portugal na guerra ao lado do Eixo (Pimenta

¹⁸ Lippmann é autor, entre outros trabalhos, de *Public Opinion*, de 1922, obra em que sugere que a imprensa tem um papel de *agenda-setting*, conceito formalizado meio século depois por McCombs e Shaw.

¹⁹ Entrevista ao jornalista Adulcino Silva, 23/11/2016, Lisboa.

2016). Desde o início que o jornal tinha entre a suas preocupações centrais a autonomia política da colónia (Fonseca 2014, 159). Em 1960, nas páginas do *Província*, perpassava a defesa dos interesses da colónia, mas o exemplo da convulsão no vizinho Congo ex-belga, recém-independente, levava o jornal a recomendar prudência em matéria de evolução política, como se depreende de um pequeno texto não assinado publicado na edição de 23 de Agosto em que, numa referência a um mais desenvolvido artigo paginado na mesma edição,²⁰ se dizia que tinha “o mérito de demonstrar os reais prejuízos que para os congoleses resultaram de uma apressada obtenção da independência”. Nas palavras de Adolfo Maria, o jornal expressava as perspectivas de um “sector colonial meio liberal, daqueles que se opunham um pouco à metrópole, talvez dentro daquele espírito: ‘os que cá estão é que deviam governar’”.²¹ Será publicado até 1975, ano em que dá origem ao *Jornal de Angola*, que se tornará o título oficioso dos governos do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) nas décadas que se seguem à independência e até aos dias de hoje.

O outro matutino, *O Comércio*, que tinha chegado às bancas a 30 de Dezembro de 1933, em substituição do *Comércio de Angola*, era claramente alinhado com o Estado Novo. Sob o cabeçalho apresentava o compromisso editorial que indiciava a origem na Associação Comercial de Luanda: “Jornal de propaganda e defesa da actividade económica de Angola”. Publicou-se durante quase 40 anos, mas em 1972 e 1973 foi impresso apenas as vezes necessárias para manter a propriedade do título. Em 1974 ainda tentou regressar, mas encerrou em 1975. Fundado por Joaquim Faria, que em 1960 continuava director, começara por ser semanário. O chefe de redacção deste jornal publicado pela Nova Editorial Angolana, que no final da década de 1960 viria a ser comprado pelo grupo Champalimaud (Fonseca 2014, 223), era Ferreira da Costa, um entusiasta da ordem vigente a quem era reconhecida uma competência que contribuiu para fazer do jornal “um celeiro de autênticos profissionais da informação” (Melo 1993, 158). Em Lisboa, o jornalista chefiara a redacção do *Diário da Manhã* e fora redactor-adjunto à chefia de redacção de *O Século*. Em 1961, com o início da guerra, tornar-se-ia voz familiar aos ouvintes da Emissora Nacional.²² A adesão do jornal ao projecto colonial era inequívoca. É disso exemplo um artigo não assinado publicado a pretexto das celebrações do 15 de Agosto,

20 “O desenvolvimento económico do Congo ex-belga e as irreparáveis consequências de uma independência prematura”, de Alfredo de Sousa, distribuído pela Lusitânia.

21 Entrevista citada.

22 Ficou conhecida a forma como iniciava as suas intervenções: “Daqui Luanda, fala Ferreira da Costa.”

evocativas da reconquista de Luanda: “Mais que nunca impõem-se hoje a todos os portugueses as lições de Paulo Dias de Novais”, escrevia no título. “Mesmo tendo em conta a expressão das comemorações que hoje começam, deveria desenvolver-se uma acção elucidativa, junto de toda a população escolar de Angola, apontando-lhe os verdadeiros significados da gesta do «Albuquerque de Angola»”, acrescentava o texto.²³

Da equipa redactorial fazia então parte João Charulla de Azevedo, assinando ainda como João Azevedo, que deixaria o seu nome ligado ao *Notícia. O Comércio* tinha como redactor-delegado em Lisboa José O’Neill. Marques Gastão era, nesta fase, um dos jornalistas metropolitanos que escrevia no jornal, assinando as rubricas Comentário e 1. Apontamento, que contavam também com outros autores. O mesmo colaborador escrevia também no *ABC* e no *Diário de Luanda*. Nas suas páginas encontram-se as assinaturas de outros jornalistas de Lisboa: Luís Lupi, da Lusitânia; e Luís Teixeira. Uma nota inserida no final das informações de Última Hora publicadas na edição de 9 de Agosto indica o horário de fecho: “Ao fecharmos o jornal (4,30 da manhã), acabava de falar no Conselho de Segurança, o delegado da Argentina [...]”.

Publicado em tamanho *broadsheet*, normalmente com oito páginas divididas a sete colunas, *O Comércio* tinha dois suplementos: ao domingo, De Semana a semana, com oito páginas em formato tablóide, e incluindo curiosidades, divulgação técnico-científica ou *fait-divers*; à segunda-feira, O Comércio Desportivo, com quatro páginas do mesmo tamanho e preponderância de noticiário da província. Era anunciado para breve um suplemento infantil, Miruí. As rubricas mais regulares do jornal eram De Cabinda ao Cunene, espaço de notícias da colónia; Aconteceu na Cidade, com notícias locais; Noticiário da Metrópole; Actualidade Desportiva; Actualidade Internacional, incluindo política, grandes acontecimentos ou *fait-divers*; e Do País e do Estrangeiro, rubrica abrangente onde podiam encontrar-se notícias provinciais, metropolitanas ou internacionais. À primazia dada à notícia, o jornal acrescentava espaços de crónica e comentário, publicados em rubricas como Do Dia para a Noite e Nota do Dia, esta última incluída na secção Aconteceu na Cidade. Este diário da manhã reproduzia com frequência intervenções proferidas noutros contextos, assumindo-se ele próprio como “arquivo”. Foi o que aconteceu, por exemplo, a 17 de Agosto, com a transcrição da “magistral lição” de Marcelo Caetano no curso universitário de férias. Essa prática não era, contudo, invulgar: o *Diário de Luanda* e o *ABC*

23 *O Comércio*, 15/8/1960, p. 1 e 2.

também publicaram a lição, ao passo que o *Província* optou por reproduzir integralmente as palavras proferidas na ocasião pelo governador-geral.

O Comércio não destoava do padrão da imprensa luandense no uso de fotografia na primeira página: uma utilização comum, embora sem especial valorização. Na sua maior parte, os jornais publicam imagens de pequena ou média dimensão, frequentemente de arquivo. Casos como o da edição de 7 de Agosto – uma imagem do presidente do Brasil recortada, a rasgar a página – são excepções. Em alguns momentos especiais, como na cobertura da visita de Juscelino Kubitschek, é indicada não a autoria da foto, nunca mencionada, mas o modo de transmissão: “Telefoto expedida pela nossa delegação em Lisboa, através da Marconi” e “Telefoto gentilmente transmitida, de Lisboa, pelos Serviços de Reportagem e Fotografia da redacção de *O Século*, através da Marconi”, ambas publicadas na edição de dia 8.²⁴ O jornal denotava alguma capacidade de captação de publicidade, ainda que os pequenos anúncios tivessem pouca expressão.

3. Jornais da tarde – o porta-voz e o menos alinhado

Tendo sucedido em 1936 ao *Última Hora*, o *Diário de Luanda* herdou o alinhamento com o poder político que aquele adoptara na sua última fase. De forma eufemística, numa inscrição sob o cabeçalho, o jornal pertencente à Gráfica Portugal definia-se como “popular, independente e de informação”, mas estava ligado à União Nacional, o partido único do regime salazarista, tendo um “engajamento político situacionista” (Melo 1993, 161-63). “Foi fiel ao regime e aos governos de Angola, propagando o programa colonial e as suas directrizes” (Fonseca 2014, 236). Essas ligações precipitarão o seu encerramento: deixa de se publicar em finais de 1974. Vespertino, o *Diário de Luanda* tinha em 1960 como director Francisco da Silveira Pinto e como chefe de redacção Diamantino Faria, que assina uma rubrica de comentário, Peço a Palavra. Em Agosto de 1960 tinha um concurso de provérbios e informava os anunciantes que de 8 a 31 do mês anterior tinha imprimido 190.709 exemplares, o que dava uma média diária superior a seis mil e justificava a afirmação que antecedia o logótipo: “A maior tiragem e expansão em Angola.” A expansão do jornal, para a qual contribuía em muito as assinaturas de instituições e organismos ligados à administração pública (Melo 1993, 163), torná-lo-ia interessante para a

24 O *Diário de Luanda* também publicou durante a visita fotos transmitidas pela mesma empresa.

publicidade: além de anúncios institucionais e empresariais, os pequenos anúncios tinham alguma expressão nas suas páginas, normalmente 12 divididas a cinco colunas.

A rubrica com presença mais assídua na primeira página – como no jornal – era a Crónica Internacional assinada por Jacques Ploncard d’Assac, autor francês de extrema-direita que após a queda de Vichy encontrou guarida em Portugal e viria a escrever trabalhos sobre Salazar. Em Agosto de 1960 encontram-se textos seus em nove edições, sete vezes com início na primeira página. João Patrício, jornalista com responsabilidade no aparelho de propaganda do regime, que foi director-adjunto do *Diário da Manhã* e era o chefe da Informação da Emissora Nacional em vésperas do 25 de Abril, era colaborador frequente. Tal como Ávila de Azevedo, que viria a ser deputado nas últimas legislaturas do Estado Novo. Com menos secções fixas do que outros diários, o jornal oficioso do regime em Luanda tinha na altura duas rubricas mais regulares: Desportos e Luanda Coisas e Gentes – esta de informação local, onde, como em secções equivalentes dos outros jornais, podiam ser publicadas notícias de polícia, acidentes, anúncios de palestras ou exposições; ou ainda textos de regozijo por obras na cidade. Noticiário da Metrópole era outra das rubricas. Com regularidade, ao fim-de-semana o vespertino publicava ainda, sem dia fixo, o espaço Transportes, coordenado por Rebelo Carvalheira e que incluía Aviação, Caminhos-de-ferro e Automobilismo; ao domingo a secção Cinema – Teatro-Rádio-Televisão, da autoria de Guerreiro Bruno; preferencialmente ao sábado surgia a página Para si, Minha Senhora – o mesmo nome de página semelhante do *ABC* – na qual, com coordenação de Maria Laura, eram publicados textos de assuntos como saúde, beleza, moda ou conselhos sobre felicidade. O jornal cultivava ainda a tradição do folhetim, publicando diariamente “O escultor de almas”, assinado por Frederico Cruz.

O mais novo dos jornais era o *ABC – Diário de Angola*. Lançado a 10 de Junho de 1958 como matutino, chegou às bancas sem que todas as questões de funcionamento tivessem sido acauteladas e logo a 13 de Julho interrompeu a publicação para regressar como vespertino, a 1 de Agosto. O director era Manuel Monterroso Carneiro, mas a liderança efectiva cabia a Manuel Machado Saldanha. Em formato *berliner* (no caso, 48×30,5 cm), o jornal, que por alturas do lançamento abriu as suas acções à subscrição pública, pertencia às Indústrias ABC, S.A.R.L. e as habituais oito páginas eram desenhadas a cinco colunas. Uma das características gráficas era a constante mobilidade do cabeçalho, que mudava de lugar de uma edição para outra. Jornal com uma maquete inspirada no diário homónimo espanhol *ABC*, estava pela primeira vez em 1960 a trabalhar “sem prejuízo nas

contas”, mas sentiu necessidade, percebe-se que a contragosto, de lançar um concurso, “Jornal & Dinheiro”. Os números mencionados por Adolfo Maria apontam, no período em que ali trabalhou, para vendas de três a cinco mil exemplares, que quando saía tarde se ficavam por 800 a mil. “Às vezes fazíamos segunda edição. [Se tinha] uma capa chamativa, e saía às 4 ou 5 [da tarde] depressa se esgotava e ainda dava para fazer, meter na máquina, mais umas centenas.” Sobre as vendas nesse tempo, acrescenta: “Não andaríamos longe dos outros jornais. Os que tinham mais saída eram os matutinos, sobretudo *A Província*.”²⁵

A. Borges de Melo, que como jornalista escreveu no *ABC* e noutros títulos de Angola, apresenta-o como diário “de feição anti-salazarista”, que teve “gravíssimos problemas com a Censura” (1993, 173). Acácio Barradas lembra que surgiu “um pouco à boleia das eleições” de 1958 (Correia e Baptista 2010, 52), quando Humberto Delgado desafiou Salazar e enfrentou Américo Tomás. “A tipografia que depois veio a imprimir o *ABC* foi a mesma que fez os cartazes do Humberto Delgado em Angola. O *ABC* ficou logo muito ligado à oposição” (*ibidem*). “Não sendo verdadeiramente da oposição, era um jornal independente, tanto quanto possível. E em Luanda era o único que não alinhava nas hossanas ao regime” (*ibidem*, 56). Adulcino Silva, que mais tarde viria a ser redactor do jornal, vai na mesma linha ao dizer que “era considerado um jornal do contra, como era aqui [em Lisboa] o *República*, por exemplo”.²⁶ Adelino Torres (2000, 23), que integrou a redacção em 1961 e 1962, antes de partir para o exílio, escreveu:

É justo relembrar a actividade do quotidiano *ABC* de Luanda que, cercado (e, poder-se-ia dizer, constantemente “trucidado”) pela Censura, sobrevivia em 1961 com quatro elementos: o director Machado Saldanha, um velho e honrado democrata; o chefe de redacção Acácio Barradas, hoje no *Diário de Notícias* de Lisboa; e dois redactores: Adolfo Rodrigues Maria e o signatário.

Na entrevista já citada, Adolfo Maria, que descreveu Saldanha como um liberal corajoso, recordou que algum tempo depois dos ataques de 4 de Fevereiro de 1961, que dão início à guerra em Angola, a PIDE entrou no *ABC* para prender tipógrafos negros suspeitos de envolvimento na acção. De acordo com este redactor, que viria a ser dirigente do MPLA, o jornal representava o “sector mais aberto” da burguesia colonial. Na fase analisada, o jornal publica textos do *Diário de Lisboa*, designadamente sobre questões

²⁵ Entrevista citada.

²⁶ Entrevista citada.

internacionais, da autoria de Atticus e de Vasco da Gama Fernandes, advogado e opositor ao regime.

O *ABC* era o único que não reproduzia telegramas com informação de agência sobre audiências do presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e do presidente da República, Américo Tomás – notícias de conteúdo vazio, uma espécie de agenda *a posteriori* em que apenas era divulgado o interlocutor, não o resultado nem o motivo da reunião. Veja-se um exemplo dessas pequenas notícias: “Presidência do Conselho – Lisboa, 31 - O Presidente do Conselho trabalhou com o ministro do Ultramar. – L.”²⁷ Ainda que conotado com sectores progressistas, nas páginas do *ABC* escrevem também figuras da órbita do regime, designadamente Dutra Faria, director executivo da ANI,²⁸ com quem Machado Saldanha tinha uma relação próxima. À redacção chegavam regularmente a Carta de Paris, assinada por Lopo de Sá, e as Notícias de Inglaterra, de Peter Burgoyne, em serviço “especial para o *ABC*”. O diário tinha nesta altura nos trabalhos de Ernesto Lara Filho, jornalista e escritor, um dos seus traços distintivos. Outra das suas singularidades era a publicação frequente de perfis jornalísticos, como os que nesse mês de Agosto dedica a Ralph Bunch, secretário-adjunto das Nações Unidas; a Juscelino Kubitschek; ou a Jaime Cortesão, sempre na primeira página. Como deixa claro no perfil de Cortesão, socorre-se para esses trabalhos de “alguns dados colhidos na Imprensa da metrópole” chegada por correio.

Algumas das secções em que o jornal organizava a sua informação eram: Notícias da Província, pouco regular; De ontem para hoje, pequenas notícias quase sempre da metrópole; Dia a dia, acidentes e casos de polícia, também pouco comum. Mais regulares eram os espaços Hoje no Mundo, para notícias do estrangeiro; Desporto e Sport Internacional. Pelos Caminhos de Angola, às segundas-feiras, dedicava-se a assuntos da “província”. O *ABC* tinha ainda diversas secções temáticas: Artes e Letras, à terça; Para si, Minha Senhora, à quarta; No Mundo dos Espectáculos, à quinta; Aviação, à sexta; Cinema, página quinzenal organizada pelo Cine Clube de Luanda, que alternava ao domingo com Magazine, rubrica na qual se podiam ler crónicas e curiosidades. Outras não tinham carácter fixo, parecendo depender do fluxo da informação, como é o caso de Funcionalismo, com notas de interesse para trabalhadores do Estado. Comentários, crónicas e críticas eram géneros valorizados pelo jornal. Luzes da Cidade acolhia, quase dia-

²⁷ Telegrama da Lusitânia (L.), publicado n’*O Comércio*, 1/8/1960, p. 1.

²⁸ Agência de Notícias e Informações. Foi a segunda agência portuguesa, fundada em 1947 pelos jornalistas Dutra Faria, Barradas de Oliveira e Marques Gastão. Este último vendeu a sua participação aos sócios em Janeiro de 1953. Em Novembro de 1974 passou para a posse do Estado, que assumiu as dívidas.

riamente, crónicas ou pequenos apontamentos de actualidade; Horizonte, menos frequente, oscilava entre o comentário e a crónica. À crítica, o jornal dava uma atenção que não se encontrava nos outros diários, principalmente à de cinema, com O ABC viu; mas também a espectáculos musicais, com O ABC ouviu. Publicava ainda com regularidade um pequeno roteiro de lazer: Onde a Cidade se Diverte.

4. Preocupações especiais com o ABC

A PIDE e a Censura dispensavam uma atenção especial à equipa do ABC. Confirma-o a documentação existente em arquivos coloniais e também um episódio contado por Adolfo Maria, que indicia um critério especialmente apertado dos censores, bem como pressões sobre o jornal:

Uma vez chamei à atenção ao Machado Saldanha para uma notícia que tinha saído de manhã no *Província de Angola* e que nos cortaram a nós à tarde, uma notícia da Lusitânia. Eu perguntei porque é que não se reclamava, e ele disse-me: ‘Você é um jovem de sangue na guelra, não sabe o esforço que eu faço para o manter aqui.’ A PIDE exercia coerção de todas as maneiras possíveis.²⁹

O modo como a polícia política encarava o diário é bem resumido num ofício enviado para Lisboa pela delegação de Luanda no início de 1962: o ABC era considerado desde a sua fundação um “baluarte da frente oposicionista”.³⁰ Embora incidindo sobre fases posteriores ao momento escolhido como *corpus*, resenhas sobre a censura enviadas ao Gabinete de Negócios Políticos (GNP) do Ministério do Ultramar exemplificam, por outro lado, quer as preocupações dos censores de Luanda quer o modo como aquele gabinete encarava os jornais. Criado em Novembro de 1959 para apoiar a acção do ministro, o GNP manifestou, por mais do que uma vez, preocupações com o ABC. Em Fevereiro de 1964, considerava que continuava a “afinar pelo mesmo diapasão: nativismo” e que pretendia “pôr em xeque” a “política ultramarina”, razão pela qual, sempre que podia, procurava referir-se ao “baixo nível de vida assim como à ausência de esforços de alfabetização”, evidenciando em paralelo “o valor das despesas” militares e “a opressão e a exploração exercidas sobre o negro”. Sempre que se propiciava fazia também “referências aos elementos do MPLA ou a outros quaisquer dirigentes dos restantes grupos emancipa-

²⁹ Entrevista citada.

³⁰ Relatórios diversos – Angola MU/GM/GNP/135/Pt.37. Ofício secreto nº 765-G.U., 6-2-1962.

dores de Angola – processo de os tornar conhecidos, e fazendo crer no seu valor pessoal”.³¹

O facto de o diário ter “uma inteligente direcção” e de agir “com tacto, discretamente até”, levava o gabinete a sugerir que a censura ao *ABC* fosse “confiada a pessoa com preparação e aptidões especiais”, porque este era um jornal “com uma habilidade que mais nenhum outro” tinha e estava “sempre pronto a passar as malhas”.³² Noutro relatório, de Março do mesmo ano, o GNP concluía que o *ABC* continuava “com o sistema de levar até à opinião pública notícias que podem [podiam] ser interpretadas como contrárias aos interesses do Governo e da Nação”.³³ No de Abril, em que era atribuída ao jornal a manutenção de uma “forma dúbia” de relatar os acontecimentos, escreve-se que “ultrapassa[va] por vezes o limite do bom senso e das conveniências”, como fora o caso de uma tentativa para publicar “um apelo do MPLA” para a “unificação dos movimentos anti-portugueses e da luta revolucionária em Angola”, ou a notícia de um encontro “entre Humberto Delgado e Amílcar Cabral”.³⁴

Com a tomada de controlo pelo grupo Motta Veiga, nos anos finais da década, a redacção do *ABC* será “expurgada” de elementos esquerdistas” e o jornal mudará de “atitude ideológica”, adoptando “um ‘cunho’ profundamente ‘marcellista’”.³⁵ Em 1971 é comprado pela proprietária do *Diário de Luanda* e nesse mesmo ano deixa de ser publicado, ressurgindo, por pouco tempo, em 1974 (Melo 1993, 175). Quanto aos outros diários, o autor do relatório do GNP de Fevereiro de 1964 entende que se preocupavam “sobretudo com o aspecto comercial e com uma informação sem melindres” porque, dizia ainda, “no fim de contas importa[va] a quem os dirige[ia] que dêem [dessem] lucros”.³⁶ Mas isso não significava que não merecessem, todos os jornais, a atenção da

31 AHD, Apontamento nº 415.A, Confidencial, Assunto: “Imprensa ultramarina – relatório quinzenal”, 15/2/1964. SR.119/Censura à imprensa em Angola 1959/JAN/09-1968/NOV/14. MU/GM/GNP/119/Pt.2.

32 *Ibidem*.

33 AHD, Apontamento sem nº, Confidencial, “Imprensa ultramarina – Relatório quinzenal. Elementos entrados de 29 de Fevereiro a 15 de Março”, 21-3-1964, autor: Carlos Eduardo Machado. 1959/JAN/09-1968/NOV/14 Y.7.5 MU/GM/GNP/119/Pt.2.

34 AHD, Apontamento s/nº, Confidencial: Imprensa ultramarina – recortes sujeitos à censura – Relatório mensal. Elementos entrados de 15 de Março a 15 de Abril, s/ data, Carlos Eduardo Machado. 1959/JAN/09-1968/NOV/14 Y.7.5. MU/GM/GNP/119/Pt.2.

35 AHD, Notas manuscritas sem data, com referências que as situam em 1970. Tópicos – Imprensa da Província de Angola, PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0280/UI07911.

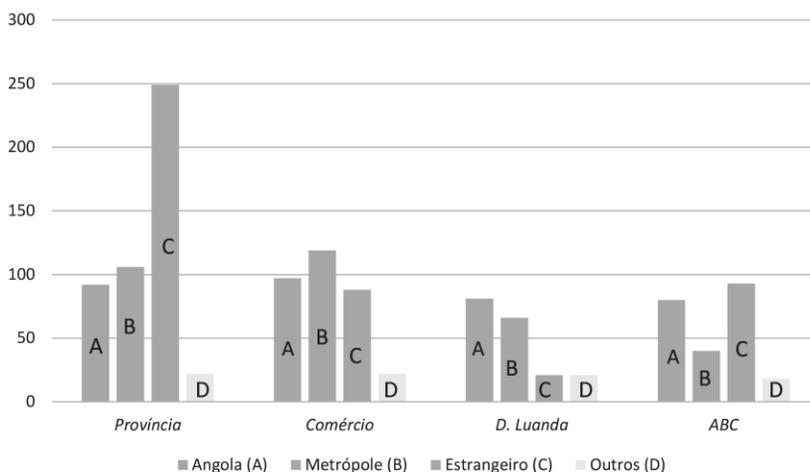
36 AHD, Apontamento nº 415.A, Confidencial, Assunto: “Imprensa ultramarina – relatório quinzenal”, de 15 de Fevereiro de 1964, 1959/JAN/09-1968/NOV/14 Y.7.5 MU/GM/GNP/119/Pt.2.

Censura, que também se abateu sobre os outros diários, principalmente *A Província de Angola*.

5. A tipologia noticiosa subjacente

A proibição de divulgar certos assuntos na primeira página foi uma das práticas censórias do regime de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano.³⁷ Também em Angola terá levado a que questões incómodas fossem, quando não proibidas, relegadas para espaços discretos do interior dos jornais. Ainda que com essa ressalva, a primeira página retém “o essencial das preocupações editoriais” (Rebello 2004, XIII), o que torna pertinente o levantamento das temáticas nela presentes para a compreensão da identidade das publicações. Embora a variável frequência como índice da percepção da importância de temas seja analiticamente insuficiente, porque “a ideia de que uma grande frequência define uma grande importância associa-se a um modelo comunicativo hiper-simplificado, pré-semiótico” (Wolf 1992, 147), o recurso a essa

Gráfico 1. Categorias temáticas na primeira página



Fonte: elaboração própria a partir da documentação.

³⁷ Um caso contado por Raul Rego no II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, é disso exemplo. O jornalista que viria a dirigir o jornal *República* disse ter ouvido insistentes ordens da Censura para que notícias sobre a iniciativa em que estava a participar apenas fossem publicadas a uma coluna e não na primeira página (Rego 1969, 179).

dimensão da análise de conteúdo nas primeiras páginas permite hierarquizar as prioridades noticiosas dos jornais.³⁸

A análise das primeiras páginas torna claro que, com matizes, todos os jornais dão, como se vê no Gráfico 1 e de que são dados exemplos no Quadro 1, primazia ao noticiário relativo a Angola, sobre a metrópole e do estrangeiro – esta última uma área de informação que inclui tanto informação de cariz político como de carácter geral, e que tinha como principal assunto do momento, em todos os jornais, a situação no vizinho Congo ex-belga.³⁹ O elevado número de notícias internacionais que se encontra no *Província*, 249, é inflacionado por um grande recurso a breves ou fotolegendas e pelo tipo de paginação do jornal.⁴⁰ O mesmo gráfico evidencia a diferente atenção dada ao noticiário internacional pelos diários de pequeno formato – maior atenção pelo *ABC*, 93 notícias, menor pelo *Diário de Luanda*, 21, sendo estas em boa parte a já mencionada crónica de Ploncard d'Assac.

Apesar da sua limitada visibilidade nas primeiras páginas, uma análise exploratória do conteúdo integral das 121 edições dos quatro jornais aconselha a que às três categorias principais sejam acrescentadas outras duas – noticiário desportivo e de outras colónias, de que são dados exemplos no Quadro 2. No primeiro caso porque todos os jornais dão importância ao desporto, com suplementos e espaço diário nas páginas interiores. No que diz respeito ao noticiário de outras colónias, a análise de conteúdo identifica uma maior prevalência de Goa e Moçambique. Das duas dezenas de notícias identificadas na capa dos jornais só uma se refere a outro território: “Prepara-se já um programa condigno para comemorar o meio milénio do achamento de Cabo Verde” (*A Província*, 24/8/1960). Conclui-se também que o noticiário colonial era, em grande medida, fornecido pelas agências Lusitânia e ANI, o que remete para a importância destas como instrumento de acção política, como, a propósito da primeira, escreveu Baptista (2015, 376): “Tinha como objetivo apoiar o Estado Novo na sua ideologia colo-

38 Foi quantificado todo o tipo de “unidades informativas” das primeiras páginas: notícia desenvolvida, breve, opinião, fotolegenda, mapa, crónica, folhetim ou, caso mais raro, títulos com remissão para o corpo do jornal quando noticiosos e não apenas temáticos. Excluíram-se autopromocões, p. ex. concursos. Foram consideradas 121 edições – só o *ABC* se publicou em todos os 31 dias do mês, os restantes interromperam a publicação por ocasião do feriado de 15 de Agosto.

39 Uma atenção explicável pela proximidade associada e conflitualidade, factores referenciados na literatura sobre o jornalismo como critérios de valorização das notícias.

40 Jornais com o mesmo formato apresentam totais muito diferentes: 429 o *Província*, 326 o *Comércio*. Na edição de 3 de Agosto do *Província*, p. ex., foram identificadas 13 “unidades informativas” internacionais, nove das quais breves ou fotolegendas; as duas notícias de Angola – alargamento da bitola de caminhos-de-ferro e fotolegenda da visita do presidente do Bundestag, são paginadas a três colunas e ocupam espaço equivalente a várias notícias internacionais.

Quadro 1. Categorias de notícias mais frequentes nas primeiras páginas

| Categorias | Exemplos de títulos |
|-------------|--|
| Angola | <p>“Às operações de recenseamento de prédios, fogos e estabelecimentos que devem estar concluídas até 31 do corrente seguir-se-á, em Dezembro, o censo geral da população” (<i>Província</i>, 6/8/1960);</p> <p>“Como a Associação Comercial de Lisboa aprecia as dificuldades de transferências de Angola” (<i>ABC</i>, 8/8/1960).</p> |
| Metrópole | <p>“Custará mais de 5 milhões de contos o vasto plano de valorização das terras do Alentejo cujo objectivo imediato é tornar efectiva a irrigação de cento e setenta mil hectares” (<i>Comércio</i>, 2/8/1960);</p> <p>“Perto de Coimbra descarrilou um combóio [sic] que seguia para Lisboa/ Dois mortos e 30 feridos” (<i>Província</i>, 25/8/1960).</p> |
| Estrangeiro | <p>“A situação das bases militares que a Bélgica ainda possui no Congo em Kamina, Kitona e Banana é um dos problemas mais delicados que a O.N.U. terá de resolver” (<i>Província</i>, 13/8/1960);</p> <p>“Lumumba intima a O.N.U. a retirar as tropas dentro de cinco dias dirigindo-lhe um autêntico «ultimatum»” (<i>Comércio</i>, 27/8/1960).</p> |

Fonte: periódicos citados.

nial, procurando ajudar a construir, através de uma específica política de comunicação, o Império Português”.

Uma análise mais fina da informação das cinco categorias indicadas nos quadros 1 e 2 permitiria identificar subcategorias. Por exemplo, no noticiário relativo a Angola pode distinguir-se entre notícias “de” e “sobre” Angola. As primeiras podem ainda desdobrar-se entre “locais” e “provinciais”; e as segundas podem ser classificadas, de acordo com a origem, entre noticiário da metrópole relevante para Angola – Ex.: “Preconiza o ministro do Ultramar vinda de colonos brasileiros para Angola” (*DL*, 31/8/1960) – e noticiário

Quadro 2. Outras categorias com expressão relevante nos jornais

| Categorias | Exemplos de títulos |
|-----------------|---|
| Desporto | <p>“Araújo Cabral, categorizado «volante» portuense correrá pela «Porsche» no IV Grande Prémio de Angola” (<i>Diário de Luanda</i>, 13/8/1960);</p> <p>Fotolegenda da Volta a Portugal em bicicleta (<i>Comércio</i>, 22/8/1960).</p> |
| Outras colónias | <p>“Num trágico desastre no rio Incomati em Moçambique perderam-se 48 vidas” (<i>Diário de Luanda</i>, 17/8/1960).</p> <p>“Provoca vigorosa reacção nos jornais paquistaneses a intromissão insólita da U. Indiana nas relações de Carachi com a nossa Goa” (<i>Comércio</i> 22/8/1960)</p> |

Fonte: periódicos citados.

de outra origem com importância para a colónia – Ex.: “Espera-se a adesão de novos produtores africanos ao acordo mundial do café por influência da Costa do Marfim” (*ABC*, 4/8/1960). Considerando pertinente compreender a natureza do noticiário “de” Angola, optei por procurar compreender o que era valorizado pela imprensa luandense.

O resultado da pesquisa nas primeiras páginas permite propor uma tipologia alargada de noticiabilidade apresentada no Quadro 3. A ordenação ilustra tendencialmente, mas não necessariamente, uma maior frequência de ocorrências. A visibilidade dada ao governador ou ao governo provincial, aos actos oficiais que contam com a sua presença, às mudanças na administração provincial, à movimentação de figuras da colónia, a efemérides e comemorações em que a sua presença é comum; tal como a atenção prestada a visita de figuras da metrópole ou de dirigentes estrangeiros, confere com conclusões do estudo seminal de Galtung e Ruge, os quais consideraram que acontecimentos envolvendo pessoas de elite como um dos factores que influenciam a “transição dos acontecimentos para notícias” (1965, 68).

A visibilidade destas temáticas tem, como contraponto, a quase total invisibilidade de vivências africanas. N’ *O Comércio* e no *Diário de Luanda* não se encontra, no período analisado, qualquer referência do género em nenhum espaço dos jornais. N’ *A Província*, no número especial de 15 de Agosto, a “africanidade” encontra-se apenas num texto de etno-história de Mesquitela Lima, “Lundas”. Na edição de 5 de Agosto, confrontos étnicos na província do Kasai, ex-Congo belga, tinham já sido pretexto para “Etnografia – Balubas e Lulus”, artigo do mesmo autor. No *ABC*, “muito lido pela população negra de Luanda”,⁴¹ dois textos remetem para realidade indígena, ainda que com um olhar externo. Nenhum deles é notícia. No dia 2 é publicado “Como tomei parte na investidura dum soba”, texto memorialístico de Carlos da Silva Melo, reproduzido do *Mensário Administrativo*, de Angola. No dia 20 pode ler-se uma crónica, pontuada pelo falar local, que evidencia o contraste entre uma Angola do interior e a da cidade colonial: “De Cabinda escreveu Emídio Filipe: Digo adeus consigo maamá cabinda...”.⁴² O panorama confere com a “ideia do vazio cultural africano” dominante no Estado Novo (Alexandre 1995,

41 Entrevista citada de Adolfo Maria.

42 O diário de Machado Saldanha foi também o único em que identifiquei uma notícia internacional relevante neste quadro de invisibilidade do negro: “Vai ser canonizado o primeiro santo negro da Igreja Católica”, 9/8/1960, p.1, notícia da Associated Negro Press.

Quadro 3. Tipologia do noticiário de Angola. Factores de noticiabilidade e exemplos

| Tipologia | Exemplos |
|---|--|
| Presença/acção do governador/governo provincial | “Com o chefe da Província ocupando o lugar de honra inauguraram-se hoje os Cursos de Férias Universitários” (<i>Diário de Luanda</i> , 17/8/1960); |
| Cerimónias oficiais | “Amanhã, Luanda evocará os vultos de Paulo Dias e Salvador Correia haverá missa campal na esplanada da Fortaleza e romagem ao monumento do restaurador seguindo-se o desfile das forças militares” (<i>Comércio</i> , 14/8/1960); |
| Projectos e realizações | “Estender-se-á por 600 quilómetros entre Luanda e Malange a operação do alargamento da bitola do C.F.A. a executar entre 29 de corrente e 9 de Setembro” (<i>Província</i> , 3/8/1960); |
| Números e questões de economia | “Num ano, pulou de 18 mil para 40 mil o número de metros perfurados pela Companhia de Petróleos de Angola” (<i>ABC</i> , 11/8/1960) |
| Mudanças na administração | “Tomou hoje posse do seu alto cargo o novo Director dos Serviços de Administração Civil” (<i>Província</i> , 23/8/1960) |
| Movimentações de figuras da província | “Visita Pastoral” – notícia sobre viagem a Cabinda do arcebispo de Luanda, Moisés Alves de Pinho (<i>Comércio</i> , 2/8/1960) |
| Reivindicações da sociedade colonial | “Sobre a situação da indústria da pesca a Associação Comercial de Benguela dirigiu uma exposição ao Chefe da Província” (<i>ABC</i> , 1/8/1960) |
| Efemérides coloniais/Comemorações | Aniversário da fundação de Moçâmedes, a 4 de Agosto, e evocação da reconquista de Luanda aos holandeses, a 15 de Agosto, são assuntos presentes em todos os jornais |
| Visitas da metrópole | Marcelo Caetano, que vai a Luanda para o curso universitário de férias, é notícia em toda a imprensa; tal como, p. ex., a presença do Orfeão de Coimbra |
| Visitas estrangeiras | “Elogiosas referências do «mayor» de Windhoek ao progresso e ordem que se observam em Luanda” (<i>Diário de Luanda</i> , 12/8/1960) |
| Homenagens | Inauguração de estátua de Monsenhor Alves da Cunha e jantar de homenagem ao jornalista Ferreira da Costa, noticiados em todos os diários |
| Quotidiano | “No incêndio registado a bordo do Império ficou inutilizado o conteúdo de 1300 malas de correio para esta Província e Moçambique...” (<i>Província</i> , 18/8/1960) |
| Eventos desportivos | “Ases e bólides famosos do automobilismo mundial disputarão este ano o IV Grande Prémio de Angola” (<i>Diário de Luanda</i> , 4/8/1960) |
| Movimento marítimo | “Paquete Vera Cruz” (esperado no dia seguinte) – (<i>Província</i> , 18/8/1960) |
| Vida social | Friso de fotos de baile da Cruz Vermelha no qual “foram apresentadas à sociedade 14 debutantes” de “algumas das melhores famílias de Luanda” (<i>ABC</i> , 26/8/1960) |
| Cultura | Rara presença na primeira página e quase sempre em registos breves. Numa das poucas excepções, a partir de duas cartas do escritor Garibaldi de Andrade, o <i>ABC</i> faz notícia e toma posição editorial sobre um caso polémico: “Impõe-se um inquérito à forma como o júri do Concurso Literário da Câmara Municipal de Sá da Bandeira atribuiu o Prémio de Romance” (<i>ABC</i> , 8/8/1960) |
| Hetero e autoreferenciação | Menções a outras e de outras publicações. Um exemplo do primeiro caso são as felicitações dos concorrentes ao <i>Província</i> , no seu aniversário. Exemplo do segundo encontra-se no <i>ABC</i> de 1 de Agosto, quando, na página 2, relata o relevo que jornais metropolitanos deram a uma entrevista sua com um vimaranense que teria inventado um motor que trabalharia sem carburante |

Fonte: periódicos citados.

48) e com a percepção do GNP de que o vespertino menos alinhado com as posições oficiais tinha preocupações com o “nativismo”.

6. Conclusões

Embora produzidos num contexto em que cada palavra tinha de ser pesada, sob pena de corte pela Censura, a pesquisa permite identificar matizes no posicionamento dos jornais. Atendendo ao facto de ser uma emanção do regime, não é surpresa que o *Diário de Luanda* dê maior visibilidade na capa a temáticas da metrópole, ou que a sua “grelha” de leitura da actualidade internacional esteja a cargo de um colunista do agrado do sector ultra do Estado Novo. De modo mais dinâmico, *O Comércio* assume-se como paladino da ideia colonial e da suposta excepcionalidade lusíada, exaltada a par e passo. Ex: “Com a presença do Presidente Juscelino, que chega amanhã a Lisboa a Comunidade Luso-Brasileira dá vigoroso testemunho de que se estabelece no Mundo Moderno uma força disposta a afirmar-se onde e como fôr necessário”.⁴³ Nalguns casos, o jornal recorre a títulos-citação para afirmar essa excepcionalidade, servindo de veículo a quem profere as palavras, mas apropriando-se também delas; recorrendo a Ducrot e Todorov (1982, 383), pode dizer-se que “o discurso do narrador assimila-se (...) às falas das personagens que apresenta”: “«Somos caso particular no mundo!/ Nada impede, nem impedirá/ que, nas horas decisivas, nas horas de extrema importância/ nos encontremos e ouçamos o comando imperativo/ da solidariedade que indissolúvelmente nos liga»/ – declarou o Presidente Juscelino”.⁴⁴ Mais institucional, o *Província*, o grande jornal da Angola colonial, que Adolfo Maria situa no campo dos que se “opunham um pouco à metrópole”, dava a voz possível às “aspirações autonomistas”, como notaram Pimenta (2013) ou Fonseca (2014). No *ABC*, os sinais recolhidos indiciam que, sob a orientação de Machado Saldanha, explorou um distanciamento possível relativamente à política colonial do regime.

A diversidade de projectos nem sempre é facilmente visível à superfície, tanto mais que a actuação da Censura tende a esbater a diversidade de temáticas e tons. Mas da análise de conteúdo realizada, que teve como primeiro propósito contribuir para a caracterização da imprensa diária de Luanda e de cada um dos seus títulos, sobressaem matizes que a documentação arquivística confirma. Essa diversidade é mais claramente entendida

⁴³ Título de 5/8/1960, p. 1.

⁴⁴ Título d’*O Comércio*, 9/8/1960, p. 1.

quando se problematiza a ideia de monolitismo do regime e da ideologia colonial e se tem em conta o desagrado que ao longo do século XX as elites brancas e mestiças foram manifestando pelo facto de Angola ser administrada a partir de Lisboa. Olhemos brevemente para essas dimensões: a ideia do Estado Novo como monolítico decorre do papel de Salazar como referência à qual se subordinaram várias linhas ideológicas (Torgal 1997, 31). A União Nacional, que o chefe do regime apresentou como não-partido, foi na verdade uma “plataforma” de direitas (Rosas 2001, 1032), que serviu como instrumento unificador de facções que sustentavam o regime autoritário (Adinolfi e Pinto 2014, 165), o qual teve nas “rivalidades pessoais e de facção” uma das suas características (Oliveira 2011, 28-29).

No que respeita à questão colonial, que no Portugal contemporâneo ocupou “um dos pontos centrais da vida política, presente em todas as suas opções de fundo, determinante no destino dos movimentos e dos regimes” (Alexandre 2000, 39), é possível identificar diferenças de perspectiva. Marcelo Caetano, quando ministro das Colónias, fez, ainda nos anos 1940, diligências para promover uma progressiva autonomia administrativa e o desenvolvimento das colónias (Oliveira 2011, 27). E na década de 1950 afirmou-se no seio do regime uma “corrente modernizadora” que convenceu Salazar a empreender algumas reformas para tentar que Portugal ficasse “menos exposto a críticas recorrentes”, corrente essa que compreendeu o “potencial propagandístico” das teses de Freyre (*idem, ibidem*, 28). Mais tarde, o último plenário do Conselho Ultramarino, em 1962, foi o “centro de uma batalha fundamental de orientações, cujo resultado domina[ria] os doze anos que restaram do ultramar português” (Moreira 2005, 77).

Da mesma forma, a sociedade colonial angolana não pode reduzir-se a simplificações que ignorem a coexistência de distintas perspectivas e vontades no seu seio. A defesa de autonomia económica, administrativa e política em relação à metrópole mobilizou desde o início do século elites da colónia; a “política imperial de nacionalização forçada de Angola” praticada pela ditadura criou ressentimentos entre os colonos (Pimenta 2016, 164); e vários foram os momentos em que sectores da sociedade colonial se organizaram para contestarem politicamente o regime e as políticas ultramarinas. O próprio regime contribui para criar barreiras não só entre negros, mas também no seio da população branca, ao distinguir entre oriundos da metrópole e nascidos em Angola, o que favoreceu o percurso de muitos brancos no sentido de se considerarem como “nacionais angolanos e já não como colonos portugueses em África” (*idem, ibidem*, 215). Um tal contexto ajuda a compreender que os jornais diários de Luanda não constituíssem, também eles, um bloco monolítico. De forma resumida

e muito simplificada, pode traçar-se uma paisagem que coloca o *Diário de Luanda* no papel de porta-voz do regime, como também o considera Pimenta (2013); *O Comércio* como entusiasta da política colonial; o *Província* como arauto de aspirações autonomistas da sociedade colonial; e o *ABC* como pólo de aglutinação de oposicionistas ou pelo menos críticos relativamente ao regime e às suas políticas coloniais.

Porém, com matizes que com este artigo se procuram sinalizar, a centralidade da questão colonial na vida portuguesa emerge transversalmente no discurso jornalístico. Opções editoriais que poderiam apenas ser vistas como soluções técnicas, escolhas destinadas a ir ao encontro de potenciais leitores interessados em informações sobre o local de origem das suas famílias, ou a mera transmissão de notícias aparentemente inócuas, funcionam, em todos os casos, como elemento de um processo de naturalização do discurso colonial, do discurso de poder,⁴⁵ ao apresentarem como “naturais” a centralidade da metrópole, a condição pluricontinental do país, ou a soberania portuguesa. Para esse processo contribuem notícias como a da reabertura do museu dos correios em Lisboa ou a referência à hasta pública da Brasileira, um café histórico de Lisboa; informações como as que são publicadas sobre os cursos de férias ministrados por professores idos da metrópole, que surge assim como pólo irradiador de saber e valores; a publicação lado a lado de notícias de diferentes origens geográficas, prática que, mesmo resultando de contingências de paginação, concorre discursivamente para a afirmação do projecto ideológico de um país que se pretende pluricontinental e para criar uma noção de proximidade e unidade entre diferentes lugares, de Coimbra a Macau; ou ainda – e aqui é mais visível a afirmação da soberania portuguesa – a atenção noticiosa prestada à governação de Angola ou a outras manifestações do poder colonial, como a parada militar de 15 de Agosto.

Da análise aos diários luandenses de Agosto de 1960 sobressaem, para além desse quadro colonial subjacente, a preponderância de informação oficiosa, a valorização de políticas desenvolvimentistas e a natureza das reivindicações que chegam aos jornais. Nos primeiros casos, as notícias decorrem em grande medida de acções das autoridades; quanto às reivindicações, a atenção vai essencialmente para as que têm origem nas estruturas do poder colonial ou em organizações representativas de interesses que não raras vezes pugnam por medidas alternativas às que decorrem da orientação política ditada pela metrópole. A este propósito é importante sublinhar a

⁴⁵ Como, noutro contexto temporal e político, observa Rebelo (2014, 102), os grandes meios de comunicação social constituíram, desde sempre, o núcleo de processos de naturalização de ideias e projectos de vocação hegemónica.

vinculação dos jornais a interesses económicos e empresariais, claramente explicitada no caso d'*O Comércio*, que no cabeçalho ostenta a relação com a Associação Comercial de Luanda, e pelo *Província*, assumido “órgão dos interesses económicos de Angola”.

A presença de noticiário de outras colónias, ou, por exemplo, a combinação de vertentes provincial e metropolitana nos mesmos espaços de informação desportiva, poderiam ser vistas como confirmação da condição luso-tropical que no período estudado era já invocada pelo regime como elemento de legitimação do colonialismo português (Castelo 2011, 272). Só que essa suposta capacidade portuguesa para criar sociedade harmoniosas a partir de relações não apenas de “reciprocidade”, mas também de “interpenetração de raças e de culturas” (Freyre 1961, 16), não tem, em Agosto de 1960, expressão assinalável nas páginas da imprensa diária de Luanda, da qual a população negra está praticamente ausente. A quase inexistência de referências às realidades ou culturas indígenas é um dado gritante da análise, que enfatiza a natureza colonial dos projectos editoriais. Ao nível mais geral da imprensa diária, os resultados da pesquisa sobre a cobertura jornalística – ou, antes, da sua ausência – vão ao encontro de Isadora Fonseca, segundo a qual “a população africana desapareceu da agenda e dos conteúdos jornalísticos ao longo do período autoritário” (2014, 238). A imprensa profissional de Luanda em 1960 é, pois, uma imprensa dirigida ao sector colonial da sociedade angolana – melhor: às suas diferentes sensibilidades, e por isso a existência de matizes entre publicações – que não acolhe problemas, vivências ou cultura da esmagadora maioria da população da colónia.

Agradecimentos

A investigação foi desenvolvida com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Bolsa SFRH/BD/115274/2016). Agradeço ao Sindicato dos Jornalistas a consulta do seu arquivo, aos entrevistados a disponibilidade e aos revisores anónimos as sugestões que permitiram melhorar o artigo. Agradeço igualmente à Hemeroteca Municipal de Lisboa e ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, instituições onde também foi realizada pesquisa.

■ Referências

- Adinolfi, Goffredo e Pinto, António Costa (2014). “Salazar’s ‘New State’: The Paradoxes of Hybridization in the Fascist Era”, in A. C. Pinto, A. Kallis eds), *Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, pp. 154-175.
- Alexandre, Valentim (1995). “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”, *Penélope*, 15, pp. 39-52.
- Alexandre, Valentim (2000). “O Império Colonial”, in A. C. Pinto (ed.) *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, pp. 39-60.

- Baptista, Maria Manuel (2015). “‘Como seiva em tronco forte’ - A Agência Noticiosa Lusitânia e o projeto imperial do Estado Novo”, in M.L. Martins (coord). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. V. N. Famalicão. Edições Húmus, pp. 375-385. [Consultado online http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2219/2136].
- Birmingham, David (2015). *A Short History of Modern Angola*. London: Hurst.
- Castelo, Cláudia (2011). “Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre”. *Blogue de História Lusófona*, ano VI, pp. 261-280.
- Correia, Fernando; Baptista, Carla (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Caminho.
- Dijk, Teun A. Van (1998). *Ideology – A Multidisciplinary Approach*. London: Sage.
- Ducrot, Oswald; Todorov, Tzvetan (1982). *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (1977). *O Fim de uma Era. O Colonialismo Português em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Flick, Uwe (2009). *An Introduction to Qualitative Research* (Fourth Edition). London: Sage Publications Ltd.
- Fonseca, Isadora (2014). *A Imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa: Universidade de Lisboa-Instituto de Ciências Sociais (Tese de Doutoramento).
- Freyre, Gilberto (1961). *Le portugais et les tropiques*. Lisbonne: Commission Executive des Comemorations du Ve Centenaire de la mort du Prince Henri.
- Galtung, Johan; Ruge, Mari Holmboe (1965). “The Structure of Foreign News The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers”. *Journal of Peace Research*, 2 (1), pp. 64-90.
- Herrick, Allison Butler et al. (1967). *Area Handbook for Angola*. Washington: U. S. Printing Office.
- Jerónimo, Miguel Bandeira; Pinto, António Costa (2015). “Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism”, in M. B. Jerónimo, A. C. Pinto (eds), *The Ends of European Colonial Empires, Cases and Comparisons*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, pp. 51-80.
- Lopo, Júlio de Castro (1964). *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação de Turismo de Angola.
- Melo, A. Borges de (1993). *História da Imprensa de Angola*. Queimados-Rio de Janeiro: Semana Ilustrada.
- Moreira, Adriano (2005). *Notas do Tempo Perdido* (2ª edição). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa.
- Oliveira, Pedro Aires (2011). “Harold Macmillan, os «Ventos de Mudança» e a crise portuguesa (1960-1961)”, *Revista Relações Internacionais*, 30, pp. 21-38.
- Pimenta, Fernando Tavares (2013). “Identidades, sociabilidades e urbanidades na África Colonial Portuguesa: Angola e Moçambique”, in M. Pasetti (ed.), *Tra due crisi: urbanizzazione, mutamenti sociali e cultura di massa tra gli anni Trenta e gli anni Settanta*. Bologna: Archetipolibri/Quaderni di Storicamente, pp. 183-200.
- Pimenta, Fernando Tavares (2016). *Angola. Os Brancos e a Independência* (2ª edição). Porto: Afrontamento.
- Rebello, José (2004). “Prefácio”, in I. Nery, *Política & Jornais, Encontros mediáticos*. Oeiras: Celta, pp. XIII-XV.
- Rebello, José (2014). “Sobre a dupla e paradoxal função dos media: portadores da ideologia dominante e veículos do discurso disruptivo”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 5 (2), pp. 99-113 [Consultado online http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol5_n2/pt/vol5_n2_art6.pdf].
- Rego, Raul (1969). “A censura prévia administrativa”, in *II Congresso Republicano de Aveiro, Teses e Documentos (Volume I)*. Lisboa: Seara Nova, pp. 161-182.
- Rosas, Fernando (2001). “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*, vol. XXXV (157), pp. 1031-1054.
- Santos, Aurora Almada (2011). “A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960”, *Revista Relações Internacionais*, 30, pp. 61-69.
- Sobreira, Rosa Maria (2003). *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Torgal, Reis Luís (1997). “«Estado Novo» em Portugal: Ensaio de reflexão sobre o seu significado”, *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXIII, n. 1, pp. 5-32.
- Torres, Adelino (2000). “Preâmbulo”, in S. Daskalos, *Um Testemunho para a História de Angola – Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Veja, pp. 9-32.
- Wolf, Mauro (1992). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.



THE DAILY NEWSPAPERS OF LUANDA ON THE EVE OF THE COLONIAL WAR

Studies on the Portuguese colonial press are scarce. This article proposes a contribution to the characterization of the daily press in Angola on the eve of the colonial war, it draws a profile of the four daily newspapers published in 1960 and looks for singularities in their editorial position – an important exercise in an authoritarian regime, without freedom of the press. One of the conclusions is the lack of signs of luso-tropicalism, a theory used by the government in an effort to legitimate colonialism with a supposed special aptitude of the Portuguese to establish relationships with tropical peoples.

Keywords: press, journalism, colonialism, Portugal, Angola.



LES QUOTIDIENS DE LUANDA À LA VEILLE DE LA GUERRE COLONIALE

Les études sur la presse coloniale portugaise sont rares. Cet article propose une contribution à la caractérisation de la presse quotidienne en Angola, à la veille de la guerre coloniale. On présente les profils des quatre quotidiens publiés en 1960 et on recherche des singularités dans leurs positions éditoriales – un exercice important sous un régime autoritaire, sans liberté de la presse. Une des conclusions est l'absence de signe de luso-tropicalisme, théorie qui proposait une supposée aptitude spéciale des Portugais pour établir des relations avec peuples "tropicaux" et qui fut utilisée par le gouvernement pour légitimer le colonialisme.

Mots-clés: presse, journalisme, colonialisme, Portugal, Angola.